

ART DÉCO EM CAMPINA GRANDE (PB): VALORIZAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E ESQUECIMENTO¹

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz²

*Cantando meu forró vem à lembrança
O meu tempo de criança que me faz chorar.
Ó linda flor, linda morena
Campina Grande, minha Borborema.
Me lembro de Maria Pororoca
De Josefa Triburtino, e de Carminha Vilar.
Bodocongó, Alto Branco e Zé Pinheiro
Aprendi tocar pandeiro nos forrós de lá.³*

As lembranças de infância e juventude de Jackson do Pandeiro, tão recorrentes em seu universo musical, evocam os sons dos emboladores de coco da feira de Campina Grande, os cheiros das mercadorias expostas, as músicas dos cassinos, os sotaques de uma cidade com ares cosmopolitas, os banhos no açude de Bodocongó, as lapadas de cachaça tomadas nos botecos da zona do meretrício, as confusões, algazaras e peixeiradas dos forrós e cabarés, as noites em claro na cama das rameiras. O ritmo frenético do então pandeirista iniciante parece cadenciar uma paisagem em acelerada expansão e transformação ao longo das décadas de 1930 e 1940. Campina Grande, na época, passava por um profundo

¹ Este artigo apresenta algumas das reflexões discutidas no Simpósio Patrimônio Art Déco de Aracaju, realizado nos dias 22 e 23 de março de 2010.

² Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (PPGAU EESC/USP). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (Facisa/Cesed). E-mail: marcusvidanq@yahoo.com.br.

³ Letra da música *Forró em Campina*, composição de Jackson do Pandeiro. Disco *O Dono do Forró*, 1971.

processo reformador de coisas e pessoas, em consonância com todos os esforços para anexar o Brasil à rede do capitalismo internacional, para torná-lo *civilizado*, urbano, industrial e moderno. O lema higienizar, circular e embelezar guiou intervenções sobre a estrutura física do município, com o intuito de distanciá-lo do aspecto colonial que dominava a cena urbana até as primeiras décadas do século XX.

A métrica, o hibridismo rítmico, a velocidade, as temáticas urbanas, os símbolos modernos, o olhar para o mundo e a defesa das raízes da cultura nacional que comumente guiam o repertório jacksoniano também encontram nas arquiteturas campinense e brasileira do período, e de depois, suas formas de expressão. Art déco, neocolonial, missões, racionalismo e todas suas miscelâneas possíveis e inimagináveis parecem fazer coro com aquele momento pioneiro de experimentações e misturas entre coco, xote, frevo, baião, marcha, rojão, samba, triângulo, sanfona, zabumba, pandeiro, instrumentos de sopro, de corda e as posteriores guitarras do iê-iê-iê⁴. O dilema entre modernidade e tradição, entre valores universais e heranças locais, estava resolvido na música *Chiclete com Banana*⁵, pois, afinal de contas, “eu só boto bip-bope no meu samba quando o Tio Sam tocar um tamborim, quando ele pegar no pandeiro e no zabumba, quando ele aprender que o samba não é rumba”. Aí se pode misturar Miami com Copacabana, chiclete com banana e está feito o samba-rock.

Contudo, foi o art déco a manifestação mais difundida no contexto local dos anos 1930 e 1940. Como no resto do País, suas formas escalonadas, aerodinâmicas e os baixos e altos relevos de figuras geométricas na fachada foram o comum da produção, associadas a praticamente todos os programas arquitetônicos da época, das igrejas aos cabarés.

4 Sobre a vida e a obra de Jackson do Pandeiro, ver Moura e Vicente (2007).

5 *Chiclete com Banana* (1959), composição de Gordurinha e José Gomes.

Cinemas, clubes esportivos e recreativos, postos de gasolina e demais programas modernos e que precisavam atrair público quase sempre se vestiram dessa linguagem, em busca de uma imagem de civilidade que refletisse os novos tempos e a recente prosperidade econômica do município. O surgimento do art déco em Campina Grande também se deu em um momento de maior difusão de uma série de inovações que em outros lugares do País vieram associadas ao ecletismo, desde finais dos oitocentos. A ruptura da implantação colonial (fruto das exigências higienistas), os arranjos mais complexos de plantas e telhados, a incorporação de maiores avanços técnico-construtivos advindos da revolução industrial e a introdução de toda uma tecnologia doméstica a partir da instalação das redes mecanizadas de abastecimento de água e coleta dos esgotos reforçaram o caráter de modernidade dessa arquitetura em âmbito local (QUEIROZ, 2008).

Assim, em meados do século XX, Campina Grande tinha constituído um patrimônio art déco numeroso e significativo, erguido em áreas de expansão urbana ou substituindo uma considerável parcela dos antigos edifícios de herança colonial que predominavam na região central. Seus exemplares são representativos daquele momento de modernização da arquitetura e das cidades brasileiras, juntando-se a outros importantes conjuntos art déco que foram edificados em municípios do País que apresentaram incremento construtivo nas primeiras décadas dos noventa, como os casos mais emblemáticos (ou mais estudados) do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Goiânia. Mesmo após décadas, o que restou desse patrimônio continua impregnado pelos cheiros, cores e sons do universo jacksoniano. São um dos poucos elos campinenses entre o século XXI e as memórias, os modos de vida e o saber-fazer da primeira metade do século XX. À arquitetura está atrelado, de modo concreto, memorial ou sentimental, todo o conhecimento e desenvolvimento cultural da época. Ao longo das vivências, patrimônios material e imaterial tornam-se elementos indissociáveis na constituição da memória coletiva.

Porém, se os cartões-postais dos anos 1960 ainda colocavam a arquitetura das ruas centrais campinenses em lugar de destaque, escolhendo-a como elemento símbolo de representação da cidade, o mesmo não aconteceu nas décadas subsequentes. Entre os anos 1970 e 1990, a publicidade tomou o lugar da arquitetura no espaço público. Diante das disputas pelo campo visual, o pensamento era o de *quanto maior o anúncio, melhor*. De forma contraditória, a profusão e o conflito entre placas, faixas e letreiros luminosos, misturados às estruturas do comércio informal (fiteiros nas calçadas, lonas plásticas, barracas de madeira, etc.), aos poucos anularam expressões arquitetônicas que surgiram com o intuito de modernizar o espaço público e de reformular a sua imagem.

O grau desse processo chegou ao ponto da cidade ter perdido os vínculos com a sua identidade paisagística dos anos 1930 e 1940, emblemática dentro de seu percurso de formação.

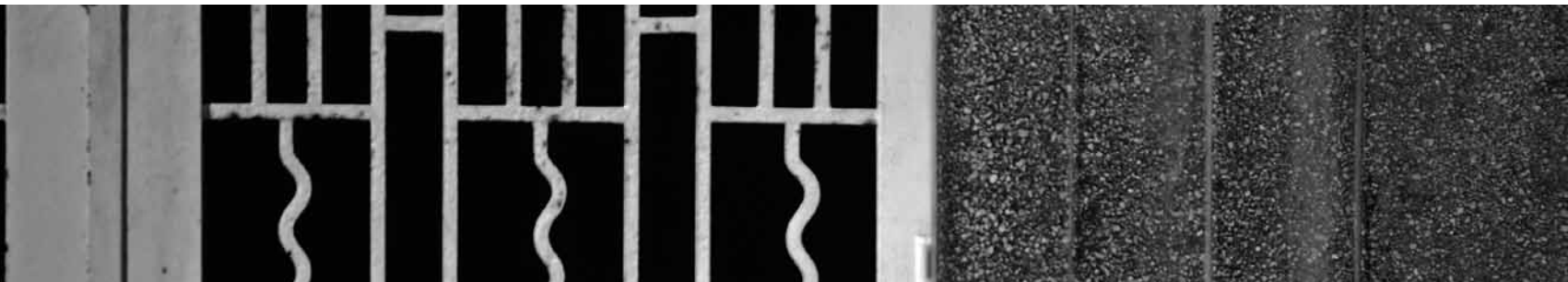
Em consonância com o recobrimento das fachadas da região central, tiveram início os primeiros estudos sobre o art déco campinense. Nos final dos anos 1970, a professora do curso de Desenho Industrial do câmpus II da Universidade Federal da Paraíba (hoje Universidade Federal de Campina Grande), Lia Mônica Rossi, principiou suas pesquisas, publicando artigos e realizando exposições sobre o tema. Seu trabalho despertou o interesse tanto da academia como do poder público municipal, recolocando em lugar de destaque uma manifestação arquitetônica até então marginalizada, inclusive em âmbito nacional. O art déco foi uma das linguagens arquitetônicas mais difundidas pelo País, e uma das menos estudadas também. Em cidades país afora, fileiras de casas art déco ocupam ruas inteiras. Seguindo a mesma estética, conjuntos de armazéns, moradias e casas de farinha ainda podem ser vistos na zona rural do interior nordestino. Contudo, as ditas erudição e hegemonia do movimento moderno obscureceram, por muito tempo, os demais caminhos que tentaram modernizar a arquitetura brasileira naquelas primeiras décadas do século XX.

A partir do trabalho de Lia Rossi, o poder público municipal vislumbrou que a revalorização do patrimônio art déco campinense poderia agir como instrumento para potencializar as vendas do comércio central (que já perdia clientes para outras regiões menos congestionadas) e se transformar em produto turístico, associado a outros eventos realizados pelo município. Assim como foi criada a identidade *Campina Grande, cidade do São João*, desejava-se criar a imagem de Campina Grande como a cidade do art déco. Com esse intuito, algumas ações em prol da valorização e conservação do patrimônio arquitetônico constituído ao longo da primeira metade do século XX foram iniciadas no final dos anos 1990. O programa intitulado *Campina Déco* tinha como objetivo a requalificação urbana do centro da cidade, através de intervenções nas redes elétrica e telefônica (de aéreas para subterrâneas), colocação de novas calçadas (com padronização que fazia alusão às festas juninas), troca do mobiliário urbano, realocação dos ambulantes que ocupavam os passeios públicos, controle das placas publicitárias e recuperação das fachadas, a maioria em art déco (ABRANGÊNCIA...). Nesse último aspecto, o programa pendia para uma linha de recuperação patrimonial que dava

ênfase ao caráter cenográfico das fachadas, com clara referência ao art déco de Miami Beach. Em parte, o projeto foi colocado em prática, embora a obra tenha esbarrado em problemas de execução, na falta de continuidade pelas administrações subsequentes e nas incompreensões de alguns proprietários de imóveis.

Em 2004, o decreto estadual de número 25.139 criou a proteção para os conjuntos arquitetônicos das principais ruas do centro campinense, ratificando e consolidando a importância patrimonial que lhes fora atribuída pelo programa *Campina Déco*. Também foram objeto da lei algumas construções distribuídas por outras regiões da cidade. Além da preocupação com as fachadas, outros elementos dos edifícios (como sistema construtivo, espacialização e materiais) e as suas relações com o entorno tornaram-se alvo de observação e tutela. Porém, os avanços conquistados com a promulgação desse instrumento legal podem ser relativizados quando trazemos à tona a grande quantidade de imóveis que não foram cobertos pelo decreto e quando observamos a falta de sintonia existente entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG).

Em uma atitude de retrocesso e omissão, diante de tantos esforços e avanços conquistados nos últimos anos, a PMCG tem sido um dos principais agentes a permitir a descaracterização do patrimônio cultural de Campina Grande. A liberação de alvarás de demolição, construção e reforma sem a consulta prévia ao IPHAEP e a falta da devida fiscalização das obras realizadas nos edifícios passíveis de proteção têm mutilado trechos importantes de conjuntos tombados. Como sintomas dessa postura, podemos citar a demolição das marquises de concreto, a alteração dos vãos das esquadrias, a troca das estruturas de cobertura, o uso de materiais incompatíveis com as prescrições do IPHAEP, a eliminação de ornamentos e a colocação de grandes placas e anúncios publicitários, voltando a esconder a fachada dos edifícios. Junta-se a isso, a ausência de políticas de educação e promoção do patrimônio cultural do município.



Assim como propõe Amorim (2007) para as construções modernistas de Pernambuco, já podemos formular o obituário da arquitetura campinense da primeira metade do século XX, com uma lista grande de mortes consumadas e anunciadas para os próximos tempos. Corremos o risco de não oferecermos às gerações futuras a oportunidade de vivenciarem a experiência do contato com as materialidades do passado. A crise de identidade coletiva já começou! Não sabemos mais quem somos e de onde viemos. Durante os festejos juninos, cultuamos réplicas arquitetônicas de um pretérito quem nem sabemos se é nosso. Enquanto isso, as nossas concretas referências se desmaterializam. Junto, vai-se parte de tudo o que está atrelado ao patrimônio material: memórias de usos, formas espaciais, padrões estéticos, sons, cheiros, vestimentas, gestos. Desse modo, Campina Grande vai seguindo o seu triste caminho, o da valorização, desvalorização, revalorização, patrimonialização e esquecimento.

Referências

ABRANGÊNCIA do Programa Campina Déco. *Art Déco Sertanejo*. Disponível em <http://www.art-deco-sertanejo.com/projeto/projeto.htm>. (7.2.2010)

AMORIM, L. *Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista*. Recife: Luiz Amorim, 2007.

MOURA, F; VICENTE, A. *Jackson do Pandeiro: o rei do ritmo*. São Paulo: 34, 2007.

QUEIROZ, M. V. D. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.